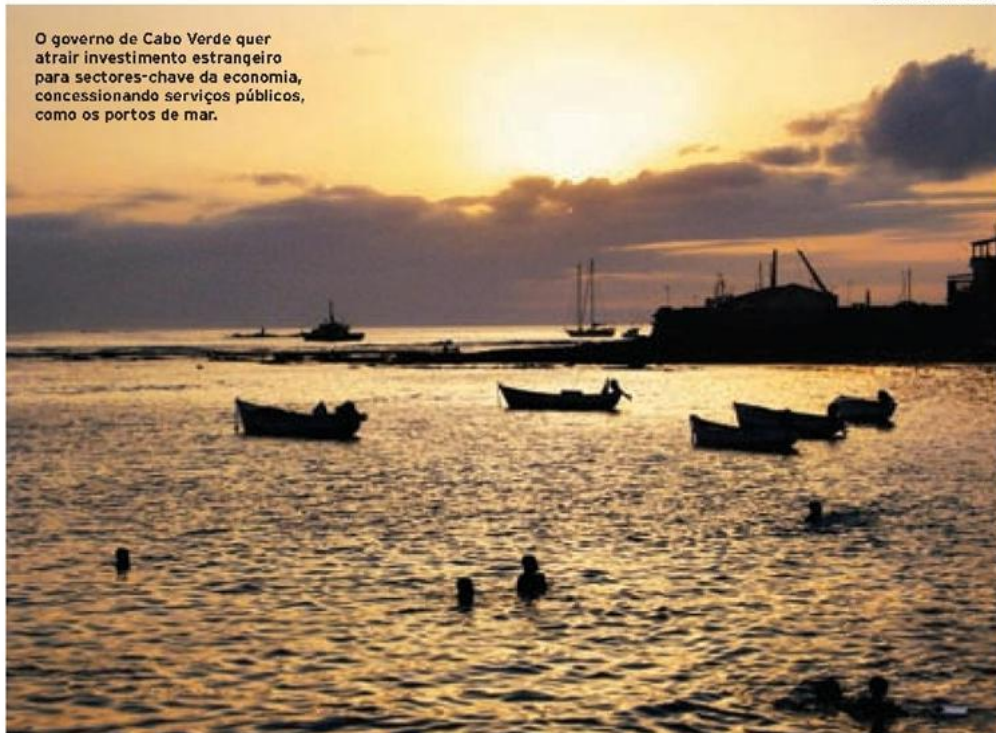




David Lewis / Reuters



O governo de Cabo Verde quer atrair investimento estrangeiro para sectores-chave da economia, concessionando serviços públicos, como os portos de mar.

Cabo Verde prepara nova lei das privatizações com apoio da Vieira de Almeida

Modernização Vieira de Almeida assessora Executivo de Cabo Verde, que vai concessionar serviços públicos para atrair capital estrangeiro.

Filipe Alves

filipe.alves@economico.pt

A Vieira de Almeida (VdA) está a assessorar o governo de Cabo Verde na elaboração de legislação nas áreas de Privatizações, Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões, disse ao Diário Económico fonte oficial do escritório liderado por João Vieira de Almeida.

“Depois de ter elaborado os ante-projetos do novo Código da Contratação Pública e do Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas de Cabo Verde, a VdA presta agora assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito da elaboração de outros diplomas legais”, referiu aquela fonte.

Adiantou que em causa estão diplomas “estruturantes do sistema jurídico-administrativo do país, entre os quais o regime das privatizações, o regime das Parcerias Público-Privadas, o regime dos contratos de concessão e o regime do domínio

público”. Explicou que “a assessoria da VdA enquadra-se num esforço do governo cabo-verdiano de criação e modernização da legislação administrativa, num projeto financiado pelo Banco Mundial”.

O governo cabo-verdiano anunciou no mês passado que vai rever a lei das privatizações, que vigora desde 1992, com vista a concessionar serviços pú-



Rodrigo Esteves de Oliveira, sócio da Vieira de Almeida, lidera a equipa jurídica que vai assessorar o governo cabo-verdiano na elaboração de novas leis.

blicos nos sectores dos aeroportos, energia e portos de mar, entre outros. “O objectivo é, no âmbito da agenda de transformação do país, alavancar as empresas pivot - Empresa de Aeroportos e Segurança Aérea, Enapor, TACV, Electra, etc -, para que ao nível de cada cluster possam mobilizar parcerias estratégicas internacionais”, disse na ocasião a ministra das Finanças de Cabo Verde, Cristina Duarte, segundo a imprensa local. A ministra adiantou que pretende concluir o programa de privatizações estratégicas até 31 de Dezembro de 2015.

À frente da equipa da VdA responsável pela assessoria ao Executivo da Praia estão o sócio Rodrigo Esteves de Oliveira e a associada coordenadora Catarina Pinto Correia. Os países lusófonos têm merecido uma forte aposta por parte da VdA, que tem escritórios em Angola, Moçambique, Brasil e Timor. No total, a VdA conta com um mais de 170 advogados. ■